DOI: 10.12957/irei.2021.62484

Refugiados climáticos, aquecimento global, desertificação e migrações: reflexos globais e locais

Annahid Burnett [1]
Ângela Maria Cavalcanti Ramalho [2]
Hermes Alves de Almeida [3]
Cidoval Morais de Sousa [4]

Resumo

Nas últimas décadas as mudanças climáticas que derivam no aquecimento global estão exacerbando as catástrofes ambientais e transformando populações inteiras em refugiados climáticos. O objetivo deste artigo é de fazer uma revisão literária atualizada sobre a problemática das migrações climáticas, problematizar o conceito de refugiado climático e fazer uma reflexão sobre o agravamento das áreas em desertificação, deslocamento de populações inteiras, resultando em migrações permanentes e transformando migrantes em refugiados climáticos. Como enfoque metodológico, analisaremos os relatórios dos órgãos das Nações Unidas referentes ao aquecimento global, aos refugiados ambientais, como também a literatura pertinente à migração, desertificação, mudança climática, globalização e desglobalização. Concluímos que a globalização é um dos fatores mais importantes que contribuem com o aquecimento global e consequente aceleração das áreas em processo de desertificação. Observamos que um movimento em direção à desglobalização já foi iniciado nos países do capitalismo central e que a atual crise sanitária causada pela Covid-19 vem acelerando esse processo.

Palavras-chave

Refugiados ambientais. Aquecimento global. Desglobalização.

Abstract

In the last few decades, the climate changes that have resulted in global warming are exacerbating environmental catastrophes and turning entire populations into climate refugees. The purpose of

---

[1] Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. *E-mail:* aburnett8@gmail.com.

[2] Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande. *E-mail:* angelamcramalho@gmail.com.

[3] Doutor em Agronomia pela UNESP. *E-mail:* hermes_almeida@uol.com.br.

[4] Doutor em Geociências pela UNICAMP. Estudos de Pós-doutoramento em Sociologia da Ciência e da Tecnologia na UFSCar. *E-mail:* cidovalmorais@uepb.edu.br

VISIT…

LANZAROTE
Caliente.com

this article is to make an updated literary review on the issue of climate migration, to problematize the concept of climate refugees and to reflect on the worsening of areas with desertification, displacing entire populations, resulting in permanent migrations and turning migrants into refugees. With a methodological approach, we will analyze the reports of the United Nations bodies regarding global warming, environmental refugees, as well as the literature pertinent to migration, desertification, climate change, globalization and deglobalization. We conclude that globalization is one of the most important factors that contribute to global warming and the consequent acceleration of areas in the process of desertification. We observe that a movement towards deglobalization has already started in the countries of central capitalism and that the current health crisis caused by Covid-19 is accelerating this process.

Keywords

Environmental refugees. Global warming. Deglobalization.

Considerações iniciais

Todo ano milhões de pessoas ao redor do planeta são obrigadas a fugir do seu *habitat* natural por causa das intempéries climáticas relacionadas a problemas ambientais extremos. A mudança climática parece ser o indutor desses deslocamentos, por estar aumentando a intensidade e a frequência desses fenômenos causadores dos deslocamentos, como as secas, inundações e outros eventos climáticos extremados (THE NANSEN CONFERENCE, 2011).

As migrações surgem como uma estratégia normal de adaptação humana. De acordo com estimativas científicas, o número de migrantes climáticos devido à elevação das águas, aumento da escassez hídrica, desertificação, estiagens prolongadas e consequente falta de comida e empobrecimento, entre outros fatores, ficará na faixa de 50 a 350 milhões de pessoas até 2050 (CLIMATE CHANGE DISPLACEMENT AND INTERNATIONAL LAW, 2010; REPORT UN, 2009).

Num mundo de mudanças, a definição tradicional e o entendimento dos conceitos de “proteção” e de “refugiados” carecem de adaptação para acomodar novas situações e circunstâncias que surgem. O cerne da questão é que, enquanto refugiados políticos e de guerra são protegidos pelas leis internacionais, as pessoas em deslocamento por causa de eventos climáticos extremos não estão protegidas pelas convenções e políticas públicas internacionais. Essa nova categoria de refugiados precisa encontrar

urgentemente seu lugar nos novos acordos internacionais de prevenção e apoio, para serem incluídos como os demais refugiados (THE NANSEN CONFERENCE, 2011).

Este trabalho tem o objetivo de promover uma reflexão sobre o aquecimento global, o agravamento das zonas de desertificação, a consequente mudança de *status* das populações de migrantes climáticos para refugiados climáticos, como é o caso da população do semiárido do Nordeste do Brasil, e das novas tendências do pensamento sobre a *desglobalização*. Como metodologia, analisaremos os relatórios dos órgãos das Nações Unidas referentes ao aquecimento global, aos refugiados ambientais, como também a literatura pertinente à migração, desertificação, mudança climática, globalização e desglobalização. Este artigo está estruturado em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte trata da evolução histórica do conceito "refugiados ambientais", a segunda é sobre os elementos que levam à migração climática, a terceira parte discute a mudança climática e a desertificação, a quarta reflete sobre a desertificação no semiárido paraibano, e a quinta parte debate as novas correntes do pensamento sobre a *desglobalização*. Concluímos que o aquecimento global iniciou um movimento de *desglobalização* a partir dos países centrais, o qual está sendo reforçado agora, neste contexto de pandemia, e que, muito provavelmente, poderá contribuir para reverter o processo de desertificação do semiárido e evitar que sua população passe de emigrantes climáticos a refugiados climáticos.

A evolução histórica do conceito "refugiados ambientais"

O termo "refugiados ambientais" foi primeiramente utilizado na década de 1970, pelo *World Watch Institute*, no período em que a literatura seguia a linha de pensamento neomalthusiana dos grupos do Clube de Roma, refletindo as discussões sobre as migrações, resultado do crescimento populacional excedendo os limites ambientais (MORRISSEY, 2009). De acordo com Morrissey (2009), em 1985, Essam El-Hinnawi publicou um artigo tratando o debate sobre os "refugiados ambientais" como uma definição formal e tipificando as pessoas ambientalmente deslocadas em sua heterogeneidade.

Desde então, o termo vem sendo mundialmente utilizado tanto no âmbito político como no âmbito acadêmico (CASTLES, 2002). O aumento da preocupação da comunidade internacional com as consequências da migração, resultado da degradação ambiental, foi reforçada em 1990 com a publicação do primeiro relatório intergovernamental das Nações Unidas sobre mudanças

climáticas, afirmando que os efeitos mais graves do aquecimento global seriam a migração de milhões de pessoas (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 1990). De acordo com o respeitado ambientalista britânico Norman Myers, até o fim do século XXI, teremos 150 milhões de refugiados climáticos, com a migração em massa, configurando, assim, uma das maiores crises humanitárias do nosso tempo (MYERS, 1993, 1997).

A definição mais apropriada para os refugiados climáticos, segundo Myers (1995), se refere às pessoas que perderam sua morada segura nos seus lares tradicionais por causa de fatores ambientais drásticos, como seca, desertificação, desmatamento, erosão do solo, escassez hídrica, mudança de clima, e também desastres naturais, como ciclones, tempestades e inundações. Porém, para evitar o termo "refugiado", o Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas resolveu adotar o termo "pessoas ambientalmente deslocadas", ou seja, aquelas pessoas que foram deslocadas ou obrigadas a deixar seu local habitual de residência, porque suas vidas, habitações e bem-estar foram colocados em sério risco, resultado de processos e eventos climáticos, ecológicos ou ambientais adversos.

Fatores considerados como elementos que levam à migração climática

Na observação de Lonergan (1998), são cinco os fatores mais importantes que provocam deslocamento ambiental:

1. Desastres naturais.
2. Projetos de desenvolvimento que envolvem mudanças no meio ambiente.
3. Evolução ambiental progressiva.
4. Acidentes industriais.
5. Consequências ambientais devido a conflitos.

Nessa perspectiva, o Relatório de Sir Stern (2006) assinala que a grande escassez de recursos, a desertificação, os riscos de secas e inundações e o aumento das águas dos oceanos podem levar milhões de pessoas a migrarem.

Eventos climáticos extremos estão previstos devido ao aumento das temperaturas globais (IPCC, 2007). Tal fenômeno é considerado como um potencial poderoso que leva à migração (MYERS, 1993, 1995, 1997, 2002). Eventos como secas, inundações, tempestades tropicais, tornados se tornam extremos fatores estressantes que vão causar migração em massa.

A literatura sobre mudança ambiental e migração ligada à seca, desertificação e migração é bastante extensa, principalmente os estudos na região do Sahel, na África. Desertificação e seca como produto da mudança climática têm uma produção significativa notadamente nos trabalhos de Jacobson (1998), Apeldoorn (1981), Mortimore (1989) e Findley (1994).

Nas últimas décadas, o número de pessoas afetadas pela seca tem sido comparável ao de vítimas de terremotos e inundações. Os últimos relatórios do IPCC apontam para o aumento de escassez hídrica na África em 2020, além de que, em toda a Ásia, a disponibilidade de água potável diminuirá drasticamente por causa de mudança climática, crescimento populacional e aumento dos padrões de estilo de vida, podendo, possivelmente, afetar mais de um bilhão de pessoas até 2050. Há muitos casos na literatura sobre deslocamento climático massivo em todos os continentes, especialmente na América Latina, particularmente na Argentina e no Brasil. Neste artigo, interessa-nos investigar sobre as áreas secas do semiárido brasileiro em processo de desertificação, podendo transformar essas populações em futuros refugiados climáticos, impactando diretamente o desenvolvimento humano da região.

Mudança climática e desertificação

As Nações Unidas consideram que desertificação é a definição de terra degradada em áreas áridas, semiáridas e áreas subúmidas secas, podendo resultar de muitos fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas (UNCCD, 1994). A degradação da terra é uma tendência negativa na condição da terra, causada por processos diretos ou indiretamente induzidos pela atividade humana, incluindo mudança climática antropogênica, expressada como redução a longo termo ou perda de, no mínimo, um dos fatores: produtividade biológica, integridade ecológica ou valor humano. Apesar de a degradação da terra poder ocorrer em qualquer lugar do mundo, quando acontece em terras secas, é considerada desertificação.

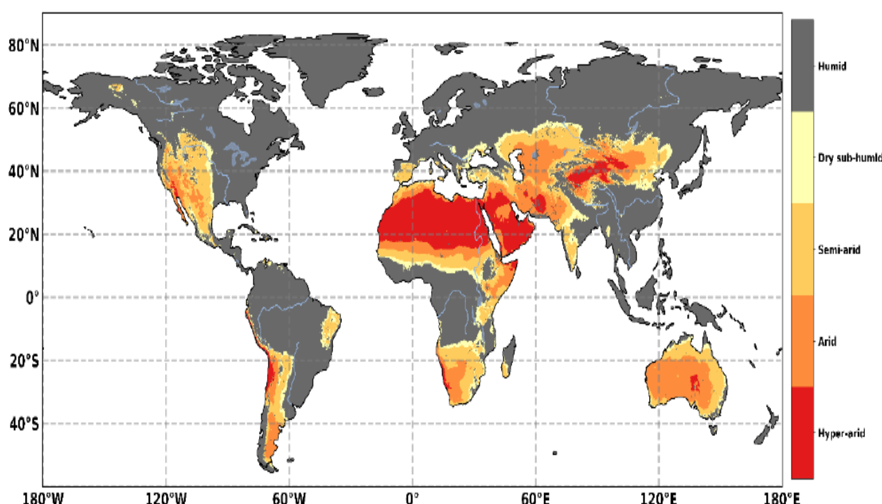


Figura 1 – Distribuição Geográfica das terras secas, delimitação baseada no Índice de Aridez AI
Fonte: Abatzoglou *et al.* (2018).

Neste sentido, Leighton (2006) assinala que as secas periódicas e o processo de desertificação que assolam o Nordeste do Brasil contribuíram para os fatores que causaram a emigração de 3.4 milhões de pessoas entre 1960 e 1980. Por outro lado, o prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (1981), como também outros pesquisadores que compartilham o mesmo ponto de vista, argumentam que, em geral, a fome é apenas o resultado marginalmente direto de fatores ambientais, mas os principais fatores que levam à migração são políticos. Nessa perspectiva, McLeman *et al.* (2007) argumentam que as diversas respostas políticas durante os mandatos dos presidentes Hoover e Roosevelt, nos Estados Unidos, foram importantes para influenciar o retorno migratório. Por outro lado, nas investigações de McLeman e Smit (2006) na região do Sahel, na África, a literatura mostra que as migrações causadas pela seca costumam ter, historicamente, padrões migratórios mais longos e permanentes.

Além dos problemas da seca, algumas pesquisas (MCLEMAN; SMIT, 2006; MCLEMAN *et al.*, 2007) apontam para o tamanho das terras cultivadas, as práticas e os arranjos estabelecidos pela agricultura dominante como fatores relacionais importantes na geração da decadência da lavoura, levando a uma migração forçada. Assim, a literatura sugere que a seca tem a capacidade de induzir a migração de maneiras variáveis. Por conseguinte, uma análise mais detalhada do contexto social, econômico e cultural dos grupos sociais

impactados pelas secas e pela desertificação deve fornecer significados mais úteis para discernir o grau no qual a migração possa constituir uma consequência à mudança climática.

Mudança climática e desertificação no semiárido paraibano

Temos como referência clássica os estudos de Euclides da Cunha, no fim do século XIX e começo do século XX, os quais já observavam os processos de desertificação. Na sua obra-prima *Os Sertões* (2006 p. 70), assim descreve Euclides da Cunha a caatinga:

> A caatinga abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos entorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante...

A caatinga é a vegetação típica do semiárido brasileiro localizado na Região Nordeste do Brasil, onde se encontra 11% da população brasileira. As Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) se encontram no, atualmente, chamado bioma caatinga, que recobre o semiárido nordestino. Segundo Alves (2007, p. 60):

> Os meios semiáridos caracterizam-se pela ocorrência de uma crise climática sazonal que repercutem em todos os elementos que compõem o seu complexo sistema físico-natural e humano. Com a introdução do homem no sistema semiárido, aborda-se, obrigatoriamente, o problema das pressões que suas atividades diretas e indiretas exercem sobre ele, que deixa de ser um complexo de relações entre componentes bióticos e abióticos e se transforma em um geossistema, isto é, como um complexo natural, histórico e social.

Assim, de acordo com o PAN Brasil 2005, o estado da Paraíba, com 93,27%, está em quarto lugar em relação aos Estados do Nordeste, com maior número de municípios vulneráveis nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), tendo em primeiro lugar o Estado do Ceará, com 100%. Esses espaços suscetíveis à desertificação recobrem um total de 1.482 municípios do Nordeste, dos quais

38,42% apresentam um nível de degradação ambiental "severo" ligado à monocultura; 5,86% em condições de "muito grave".

Sobre as áreas submetidas ao processo de desertificação, Vasconcelos Sobrinho (1983, p. 25) explica:

> Apresentam-se com uma fisionomia típica denunciadora, facilmente percebida. Nas áreas afetadas, a vegetação se apresenta de porte reduzido, algumas espécies com sintomatologia de nanismo e concentração diluída, ou seja, com maior permeabilidade do que nas demais áreas, geralmente coincidindo com a presença da caatinga hiperxerófita. Nesse tipo de caatinga e solo a desertificação pode surgir espontaneamente, havendo, pois, a possibilidade de sua preexistência no Nordeste, antes do aparecimento do colonizador.

Nessa perspectiva, constatamos que o bioma caatinga do semiárido brasileiro é um ecossistema frágil, sensível, singular, o qual necessita de um cuidado especial e de um modelo de desenvolvimento específico, apropriado e adaptado às intempéries cíclicas, característica peculiar desse "complexo natural, histórico e social". Neste sentido, observamos que os modelos de desenvolvimento adotados através da história não foram adequados ao perfil da região e aceleraram o processo de desertificação.

De acordo com Alves *et al*. (2009, p. 147):

> As causas da desertificação na Paraíba não diferem das que são encontradas em outros estados nordestinos. Elas são decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, de práticas agrícolas inapropriadas e, sobretudo de modelos de desenvolvimento macro e microeconômicos de curto prazo. Um outro grave aspecto a considerar são as práticas agrícolas tradicionais, geralmente associadas a um sistema concentrado de propriedade da terra e da água conduzindo a graves problemas socioeconômicos que se aprofundam quando sobrevêm as secas.

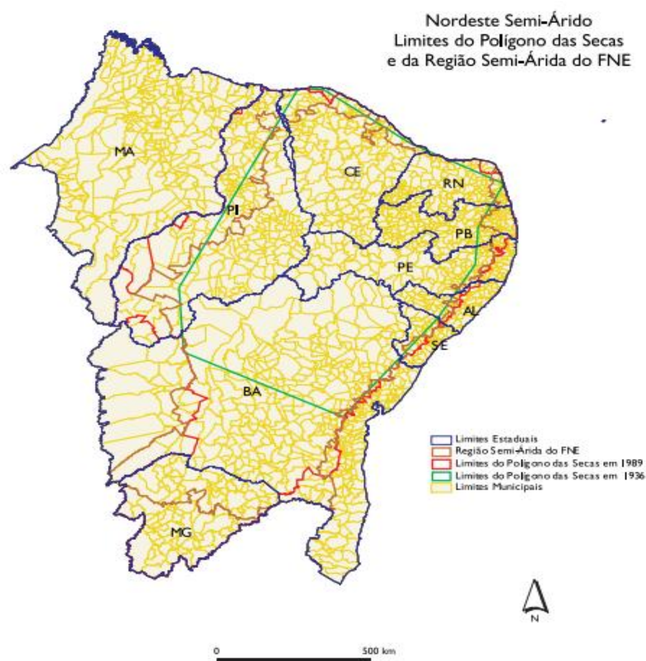


Figura 2 – Mapa do Nordeste Semiárido
Fonte: PAN Brasil (2005).

Observamos nesse mapa que a região denominada semiárido se expandiu durante o século XX, e seus problemas também, reflexo da reprodução de modelos de desenvolvimento globalizados, os quais são inapropriados para a realidade do Nordeste brasileiro e que são agravados pela tradicional concentração de terra e consequente desigualdade socioeconômica.

A atual globalização da sociedade de mercado atingiu um patamar de escopo único, levando a uma crise profunda do capitalismo causada pelo fundamentalismo de mercado (DICKEN, 2015). No entanto, estudiosos da globalização encontram muita similaridade entre o liberalismo do século XIX, o qual levou à queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, à depressão socioeconômica da década de 1930 e consequente emergência das correntes de ideologia de ultradireita, tais quais nazismo e facismo. Por conseguinte, pesquisadores dessa linha de pensamento convergem para uma perspectiva de *desglobalização*.

Em direção a uma *desglobalização*

Na análise de Andreas Novy (2017), depois da Segunda Guerra Mundial, estudiosos como Karl Polanyi e seus seguidores esperavam que houvesse uma ordem mundial baseada na cooperação regional (POLANYI, 1977; SUM; JESSOP, 2013; SPASH, 2017). Suas pesquisas na América do pós-guerra tinham como objetivo investigar arranjos institucionais diferentes do modelo atual centrado no mercado (POLANYI, 1990). Estudos antropológicos mostram uma diversidade de economias antes da atual economia de mercado, as quais tinham um denominador comum: a economia era específica no tempo e no espaço, regulada por diversas instituições e impregnada na sociedade e na natureza. Nessa perspectiva, Novy (2017) argumenta que a história da globalização do capitalismo mostra que não há um processo de aumento da integração planetária, mas um movimento dialético de tendências contraditórias.

Estudiosos apontam a *globalização* como uma das principais causas do aquecimento global, visto que as mercadorias percorrem milhares de quilômetros para atingir os mercados consumidores, num sistema de transporte alimentado pela energia fóssil, principal emissor de gás carbônico no planeta. *Globalização* como conceito acadêmico ganhou notoriedade na década de 1990. Um dos estudiosos mais sérios no assunto é o britânico David Harvey, realçado na sua obra *Condição Pós-moderna* de 1989. Os autores australianos Joseph Camilleri e Jim Falk usaram o termo *globalização* definitivamente no livro *O fim da Soberania? A política de um mundo encolhido e fragmentado,* de 1992. Em meados da década de 1990, o conceito *globalização* se tornou um tema central no meio acadêmico. O pesquisador francês Manuel Castells trabalhou as concepções *global, globalista, globalizado,* ligadas ao conceito de *globalização* na sua obra *Sociedade em rede* de 1996.

Os pilares da desglobalização, de acordo com o Ph.D. em Sociologia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e professor da Universidade de Berkeley na Califórnia, Walden Bello, na sua obra *Desglobalização: Ideias para uma nova Economia Mundial* de 2002, são:

1. A produção para o mercado doméstico deve novamente se tornar o centro da gravidade da economia, ao invés da produção para exportação.
2. A produção local e nacional deve ser incentivada, se pode ser feito a custo razoável para preservar a comunidade.

3. As políticas de trocas comerciais, cotas e tarifas devem ser usadas para proteger a economia local da destruição pelas corporações de *commodities*.
4. As políticas industriais, incluindo subsídios, tarifas e trocas devem ser usadas para revitalizar e fortalecer o setor manufatureiro.
5. Medidas de longa duração para redistribuição de renda e de terra (incluindo a urbana) devem ser usadas para criar um mercado interno vibrante, que poderá servir como âncora da economia e produzir recursos financeiros locais para investimento.
6. O desenvolvimento e a difusão de tecnologia ambientalmente adequada deve ser encorajada.
7. Decisões econômicas estratégicas não podem ser tomadas pelo mercado ou por tecnocratas. Ao invés disso, o escopo de decisões democráticas na economia deve ser expandido para que todas as questões vitais, tais como desenvolvimento da indústria ou orçamento para a agricultura, se tornem objeto de discussão e escolhas democráticas.
8. A sociedade civil deve monitorar constantemente e supervisionar o setor privado e público, um processo que deve ser institucionalizado.
9. O complexo de propriedade deve ser transformado numa economia mista que inclua cooperativas comunitárias, empresas privadas e públicas, excluindo corporações transnacionais.
10. Instituições globais centralizadas, como o IMF e o Banco Mundial, devem ser substituídas por instituições regionais que não sejam construídas a partir do mercado livre e da mobilidade do capital, mas nos princípios de cooperação que transcendem a lógica do capitalismo.

Alguns analistas consideram que a atual recessão global, a pior desde a depressão há setenta anos, colocou o último prego no caixão da *globalização*. Evidências mostram que a pobreza e a desigualdade aumentaram em níveis globais. A maioria dos países mais pobres teve pouco ou nenhum crescimento econômico. A *globalização* tem sido terminantemente descreditada nos últimos anos. O tão anunciado processo de interdependência financeira e comercial funcionou de maneira reversa e se transformou num processo, não de prosperidade, mas de crise e colapso.

O livro de Peter van Bergeijk, professor de Economia e Macroeconomia Internacional do Instituto Internacional de Estudos Sociais na Universidade de Erasmus, na Holanda, intitulado *Desglobalização 2.0 – Comércio e Abertura durante a Grande Depressão e a Grande Recessão,* publicado em 2019, veio para

enterrar a *globalização* e não para elogiá-la, pois o argumento básico é de que fases de forte *globalização* carregam consigo as sementes de sua autodestruição. O autor argumenta que o Brexit e Trump são sintomas e não causas de uma longa sequência de fases de alternância da *globalização e desglobalização* impulsionadas pelo crescimento da desigualdade de renda e da retração de um estágio global por uma hegemonia contestada. Investiga similaridades e diferenças entre a Grande Depressão de 1930 e a Grande Recessão a partir da redução do comércio e produção globais. O pesquisador enfatiza a urgência real da *desglobalização* através do processo de novas políticas públicas e de gestão.

Sobre estas similaridades, estudiosos como Ulrich Beck (1999, p.277) afirmam que, "se um novo *New Deal*[5] não acontecer, se o fatalismo dos pós-modernos e do globalismo neoliberal se converter em profecia autorrealizadora, será realmente fatal." Por conseguinte, já existe um projeto de lei no Congresso americano denominado *Green New Deal,* apresentado pela congressista Alexandria Ocasio-Cortez de Nova Iorque e pelo senador Edward Markey de Massachusetts, do partido democrata. O projeto propõe que os Estados Unidos saiam da dependência das energias fósseis e controlem as emissões de gases de efeito estufa que estão causando o aquecimento global do planeta através da economia, garantindo empregos com melhores salários nas indústrias de energia limpa (*The New York Times,* 21 de fevereiro de 2019).

O objetivo do *Green New Deal* é reduzir as emissões de gases de efeito estufa para evitar as piores consequências da mudança de clima e, ao mesmo tempo, tentar reparar problemas societais, como desigualdade econômica e injustiça racial. O projeto está fundamentado nos relatórios registrados pelas Nações Unidas em 2018 e em relatórios de cientistas federais, os quais advertiram que, se as temperaturas globais continuarem a subir, o mundo terá ondas de calor mais intensas, mais incêndios e secas. As pesquisas mostram que os Estados Unidos podem perder bilhões de dólares até o fim do século por causa da mudança climática. Portanto, o mundo inteiro necessita chegar a zero emissão

---

[5] *New Deal* refere-se a uma série de programas implementados nos Estados Unidos na década de 1930, pelo presidente Roosevelt, durante a Grande Depressão causada pelo *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929, que resultou numa massa de indigentes no território americano. O foco era investimentos em obras públicas, como barragens, pontes, hospitais e escolas para criar novos empregos; destruição do estoque agrícola, como trigo, milho e algodão (*commodities)* para conter a queda dos preços; controle sobre os preços e produção para evitar superprodução; diminuição da jornada de trabalho, salário mínimo, seguro-desemprego e seguro-aposentadoria. Tais programas também foram adotados pela Alemanha e racionalizados por Keynes, economista britânico, valendo-lhe assim, o prêmio Nobel de economia. Esta foi a semente do *Welfare State.*

de gás carbono até 2050 para poder neutralizar os efeitos. Já estamos presenciando este cenário concretamente com o novo pacote *keynesiano* anunciado pelo presidente americano, John Biden, bem ao estilo do modelo do *New Deal* de Roosevelt na década de 1930, mas com o engajamento e compromisso ao acordo multilateral de Paris para a redução de gases de efeito estufa.

Em contrapartida, de acordo com o professor da Universidade de Columbia e diretor do BRIClab, Marcos Troyjo (2017), as transições mundiais da "Globalização Profunda" para a "Desglobalização", como políticas econômicas baseadas em uma "Doutrina do Conteúdo Local", como eixo central, trouxe como consequência a diminuição do desempenho da economia global. Troyjo observa a trajetória da globalização nos últimos 25 anos e como o mundo se projeta nos cenários até 2030, como a "profunda globalização" possibilitada pelo fim da Guerra Fria, o período guiado pelos valores da economia de mercado e da democracia representativa, o destaque dos Estados Unidos, a ascensão da Ásia liderada pelo Japão e a lógica da integração econômica e política regional. Segundo Troyjo, com a crise de 2008 e o início da "Grande Recessão", agora corremos o "risco da desglobalização", o Ocidente em xeque, os Estados Unidos em crise existencial, o surgimento da China e o renascimento do Estado-nação como ator dominante no cenário global. Troyjo sugere que o advento de uma "Nova Era do Talento" – como forças que supostamente guiam o mundo a uma Era de "Reglobalização", com prognóstico de que as nações "emergentes" e "maduras" podem ser afetadas pelos novos parâmetros de poder, riqueza e influência. Portanto, neste argumento, a "reglobalização" só pode ressurgir se os países se afastarem do "conteúdo local" e se aproximarem de uma interdependência produtiva gerando bens "feitos no mundo".

Considerações finais

Considerando que o movimento da *globalização* do capitalismo é um processo centrífugo (do centro para a periferia) e se caracteriza pela transformação da organização do trabalho, mobilidade do capital produtivo, novas tecnologias de comunicação, fim da política, redução dos estoques, terceirização, novos modos de produção, mundialização das finanças e deslocalização das empresas (CHESNAIS, 1994), observamos que a disseminação de uma epidemia como a da Convid-19 também segue os passos da *globalização* do capital, do centro para a periferia.

Verificamos que o processo de *desglobalização* já havia sido iniciado no centro do capitalismo mesmo antes da pandemia e está sendo intensificado pós-coronavírus. A "deslocalização" das empresas já está se transformando num processo de "relocalização". O *made in China* está sendo substituído pelo *made in France, made in Italy,* etc. O *fast food* está dando lugar ao *slow food,* a gastronomia exige produtos sazonais, locais e orgânicos. A preferência pelo trem e carros elétricos para substituir o transporte aéreo, que é extremamente poluente, também está na pauta da *desglobalização.*

Considerando que a história socioeconômica do Nordeste desempenhou um papel periférico para alimentar os impérios coloniais, com um modelo de desenvolvimento dependente e baseado na produção de mercadorias primárias, agroexportadora, o qual se reproduz até os dias atuais, impactando o bioma caatinga e acelerando o processo de desertificação, observamos que será necessário refletir sobre a implantação de um modelo de desenvolvimento mais adequado à realidade da região.

Consideramos que esse movimento em direção a um processo de *desglobalização* supostamente será adequado para evitar que o semiárido do Brasil se torne um deserto e sua população se transforme de migrantes climáticos a refugiados climáticos.

Referências

ABATZOGLOU, J. T.; DOBROWSKI, S. Z.; PARKS, S. A.; HEGEWISCH, K. C.
(2018). TerraClimate, a high-15 resolution global dataset of monthly climate and climatic water balance from 1958–2015. *Scientific Data*, 5, 170191.

ALVES, J. J. A.
(2007). Geoecologia da Caatinga no Semiárido do Nordeste Brasileiro. *Revista Climatologia e Estudos da Paisagem.* v. 2, n. 1. Rio Claro, UNESP.

ALVES, José Jakson Amancio; SOUZA, Edílson Nóbrega; NASCIMENTO, Sebastiana Santos do Nascimento.
(2009). Núcleos de Desertificação no Estado da Paraíba. *R.* RA'E GA. n. 17. Curitiba: Editora UFPR. p. 139-152.

APELDOORN, G.
(1981). *Perspectives on drought and famine in Nigeria.* London: George Allen & Unwin Ltd.

BECK, Ulrich.
(1999). *O que é Globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização*.* São Paulo: Paz e Terra.

BELLO, Walden.
(2002). *Deglobalization:* Ideas for a New World Economy. London: Zed Books.

BERGEIJK, Peter A. G. van.
(2019). *Deglobalization 2.0* – Trade and Openness during the Great Depression and the Great Recession. UK: Edward Elgar Publishing.

CAMILLERI, J.; FALK, J.
(1992). *The end of Sovereignty?* The Politics of a Shrinking and Fragmenting World. Melbourne: Edward Elgar Publishing.

CASTLES, Stephen.
(2002). Environmental Change and Forced Migration: making sense of the debate. *New Issues in Refugee Research* – UNHCR Working paper 70.

CASTELLS, Manuel.
(1996). *The Rise of the Network Society.* UK: Blackwell Publishing.

CHESNAIS, François.
(1994). *La Mondialisation du Capital.* Paris: Syros.

CUNHA, Euclides da.
(2006). *Os Sertões.* São Paulo: Martin Claret.

DICKEN, P. Global Shift.
(2015). *Mapping the Changing Contours of the World Economy*. London: SAGE.

FINDLEY, S.E.
(1994). Does Drought Increase Migration? A Study of Migration from Rural Mali during 1983-1985 Drought. *International Migration Review,* 28, pp. 539-553.

HARVEY, D.
(1989). *The Condition of Postmodernity.* London: SAGE.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change.
(1990). *Policymakers' summary of the potencial impacts of climate change* (Report from Working Group II to IPCC). IPCC – Secretariat, Geneva.

IPCC. Synthesis report.
(2007). *Contribution of Working Groups I, II and III* to the *Fourth Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change.* Cambridge: Cambridge University Press.

JACOBSON, J.
(1998). *Environmental refugees:* A yardstick of habitability. Washington D.C.: World Watch Institute.

LEIGHTON, Michelle.
(2006). Desertification and Migration in P.M. Johnson; K. Mayrand; M. Paquin (eds). *Governing Globe Desertification.* London: Ashgate.

LONERGAN, Steve.
(1998). The Role of Environmental Degradation in Population Displacement. *Environmental Change and Security Project Report* 4 5-15.

MCLEMAN, R.; MAYO, D.; STREBECK, E.; SMIT, B.
(2007). Drought adaptation in rural eastern Oklahoma in the 1939s: lessons for climate change adaptation research. *Mitig Adapt Strat Globe Change,* 13, pp. 379-400.

MCLEMAN, R.; SMIT, B.
(2006). Migration as an adaptation to climate change. *Climatic Change,* vol. 76, n.1-2, pp. 31.

MORRISSEY, James.
(2009). *Environmental Change and Forced Migration.* Refugee Study Center, Oxford Department of International Development, Queen Elizabeth House, University of Oxford.

MORTIMORE, M.
(1989). *Adapting to drought:* Farmers, famine and desertification in West Africa. Cambridge: Cambridge University Press.

MYERS, Norman.
(2005). Environmental refugees and emergent security issue, *13th Economic Forum,* 23-27.

(1993). Environmental refugees in a globally warmed world. *Bioscience.* 43. 752-761.

(1995). *Environmental Exodus, An Emergent Crisis in the Global Arena.* Project of the Climate Institute, Washington DC.

(1997). Environmental refugees. *Population and Environment.* 19. 2. 167-182.

NOVY, Andreas.
(2017). Emancipatory Economic Deglobalization: a Polanyian Perspective. *Revista Brasileira de estudos urbanos Reg.*, Recife, v.19, n.3, p.554-575.

PAN BRASIL.
(2005). *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.* Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, p. 213.

POLANYI, K.
(1977). *The Livelihood of Man*. Studies in Social Discontinuity. New York: Academic Press.

POLANYI LEVITT, K.
(1990). The Origins and Significance of The Great Transformation. In: POLANY, K. (Ed.). *The Life and Work of Karl Polanyi*. Montréal: Carol Rose. p. 111-124.

REPORT OF THE SECRETARY-GENERAL.
(2009). *Climate change and its possible security implications.* UN Doc A/64/350 Disponível em: http://www.unhcr.org/refworld/pdfid/4ad5e6380.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

SEN, Amartya K.
(1981). *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation.* Oxford: Claredon Press.

SIDE EVENT TO THE HIGH COMMISSIONER'S DIALOGUE ON PROTECTION CHALLENGES.
(2010) *Climate Change Displacement and International Law.* (Palais des Nations, Geneva) Disponível em: http://www.unhcr.org/4d05ecf49.pdf. Acesso em: 2 dez. 2019.

SPASH, C. (Ed.).
(2017). *Routledge Handbook of Ecological Economics*: Nature and Society. London: Routledge.

STERN, Sir Nicholas.
(2006). *The Stern Review on the Economic Effects of Climate Change.* Cambridge: Cambridge University Press.

SUM, N-L.; JESSOP, B.
(2013). *Towards a Cultural Political Economy*. Putting Culture in its Place in Political Economy. Cheltenham: Edward Elgar.

THE NANSEN CONFERENCE.
(2011). *Climate Change and Displacement in the 21st Century.* Oslo, Norway. Disponível em: http://d2530919.hosted213.servetheworld.no/expose/global/download.asp?id=2280&fk=1633&thumb=. Acesso em: 2 dez. 2019.

THE NEW YORK TIMES.
(2019). Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/03/29/books/review/the-aoc-generation-david-freedlander.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

TROYJO, Marcos.
(2017). *The Clash Between Deglobalization and Reglobalization:* Megatrends now shaping the future of "re-emerging markets"*.* Disponível em: https://www.huffpost.com/entry/the-clash-between-deglobalization reglobalization_b_586e8e2de4b0a5e600a78907. Acesso em: 25 abr. 2021.

UNCCD.
(1994). *United Nations Convention to Combat Desertification.* Paris, France.

VASCONCELOS SOBRINHO, J.
(1983). *Processos de desertificação no Nordeste do Brasil***:** sua gênese e sua contenção. Recife: SUDENE.

Recebido em
em julho de 2020

Aprovado em
junho de 2021